



**INSTITUTO
FEDERAL**
Brasília

Instituto Federal de Educação, Ciência E Tecnologia de Brasília
Campus São Sebastião
Licenciatura em Pedagogia

EDUARDO CÉSAR MIRANDA CAMELO

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM DETRIMENTO DO
ENCCEJA**

Brasília
2023

EDUARDO CÉSAR MIRANDA CAMELO

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM DETRIMENTO DO
ENCCEJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia do Campus São
Sebastião do Instituto Federal de Brasília
como requisito parcial para obtenção de
título de Graduado/Licenciado em
Pedagogia

Orientador: Profº. Dimitri Assis Silveira

Brasília
2023

EDUARDO CÉSAR MIRANDA CAMELO

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM DETRIMENTO DO
ENCCEJA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia do Campus São
Sebastião do Instituto Federal de Brasília
como requisito parcial para obtenção de
título de Graduado/Licenciado em
Pedagogia

Aprovado em 24 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dimitri Assis Silveira - Orientador

Profº. Paulo Araujo

Profª. Clara Casotti

Brasília
2023

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso é um projeto que está em constante desenvolvimento, o olhar investigativo repassa a esfera da graduação, as atualizações da temática se mostram como um desafio, principalmente no que tange ao direito à educação, sendo assim, esse trabalho explora duas realidades; a dos alunos optantes em realizar a prova do ENCCEJA, e àqueles que frequentam as salas de aula da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O debate em si não trata de diminuir a importância dessa modalidade, o foco é trazer a significância e a relevância de ambas opções na vida do sujeito, resguardando-se sempre na perpetuação dos direitos educacionais adquiridos no decorrer da história. Para isso, a fundamentação do trabalho envolve autores relevantes tais como, Luís Felipe Soares Serrão, Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro, que tratam dos referidos assuntos. O caminho inicia a partir da década de 40, sem querer desprezar a importância dos jesuítas na história da educação brasileira, mas sim de apontar os fatos relevantes que validaram o que hoje é chamado de reparação educacional na modalidade da educação que deve ser fornecida aos jovens e adultos. Passando pelo parecer CNE/CEB 11/2000 de Jamil Cury, e por fim, adentrando brevemente na discussão sobre avaliação em larga escala e, conseqüentemente, no exame de certificação, também é trazido resultados de entrevistas, que foram realizada em uma escola de São Sebastião-DF como uma forma de adentrar a realidade. Os dados obtidos reforçam as argumentações nas perspectivas positivas e negativas, entretanto o peso maior é designado sob a emancipação e a participação do sujeito na vida ativa e comunitária.

Palavras-chave: certificação; educação; sujeito; jovem e adulto.

ABSTRACT

The course conclusion work is a project that is in constant development, the investigative look goes over the sphere of graduation, the theme updates are shown as a challenge, mainly with regard to the right to education, therefore, this work explores two realities; that of students who choose to take the ENCCEJA test, and those who attend Youth and Adult Education (EJA) classrooms. The debate itself is not about diminishing the importance of this modality, the focus is to bring the significance and relevance of both options in the subject's life, always safeguarding the perpetuation of the educational rights acquired throughout history. For this, the foundation of the work involves relevant authors such as Luís Felipe Soares Serrão, Sérgio Haddad and Maria Clara Di Pierro, who deal with the aforementioned subjects. The path starts from the 1940s, without wanting to despise the importance of the Jesuits in the history of Brazilian education, but rather to point out the relevant facts that validated what today is called educational reparation in the type of education that should be provided to young people. and adults. Going through the opinion CNE/CEB 11/2000 by Jamil Cury, and finally, briefly entering into the discussion on large-scale assessment and, consequently, on the certification exam, it also brings results of interviews, which were carried out in a school in São Paulo. Sebastião-DF as a way to enter reality. The obtained data reinforce the arguments in the positive and negative perspectives, however the greater weight is assigned under the subject's emancipation and participation in active and community life.

Keywords: certification; education; subject; young and adult

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA	8
3 ENCCEJA NO DECORRER DOS ANOS	12
4 A FUNÇÃO DA EJA	15
4.1 Breve Histórico	15
4.2 Objetivo da EJA na visão de Carlos Roberto Jamil Cury	18
5 CRÍTICA AO ENCCEJA	21
5.1 Pontos Positivos	21
5.2 Pontos Negativos	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DO ALUNO	33
ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PROFESSOR	34

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo trazer o debate da importância do cidadão em frequentar a escola. A aparente refutação dessa ideia é a política de certificação acelerada. Contudo, antes, é necessário voltar no tempo, adentrar a partir da década de 40, para entender quais eram as ações educacionais presentes para o público jovem e adulto, se perfazendo até os dias atuais. Nesse caminho é encontrada a extinção do Plano Nacional de Alfabetização, bem como a do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Além desse dois marcos, é explorada a redemocratização da sociedade brasileira advinda pela Constituição Federal de 1988 como fator mais importante e garantidor dos direitos fundamentais, em especial o social, que entre eles está o direito à educação, seguido pela criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 - que integrou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) à educação básica.

É possível perceber que após a CF e a LDB, a educação básica avançou bastante, principalmente ao observar o quantitativo de estabelecimentos educacionais de quase três décadas atrás, especialmente na região nordeste do país. Conforme dados do INEP, em 1996 existiam apenas 80.204 escolas que ofertavam da 1ª a 4ª série do ensino fundamental, isto porque é a região do país que obtém o maior número de Estados, sendo 9 no total, ocupando 18% da área do Brasil. Justamente por conta da LDB é que se tem os primeiros dados da EJA, havido nesse mesmo ano um total de 3.572 escolas que aplicavam essa modalidade.

Quando se fala em Educação de Jovens e Adultos, é percebido que a maior parte desse público são migrantes oriundos do Nordeste e que vêm à Capital Federal em busca de melhores condições de vida. Em conformidade com os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é apontado que essa região tem a maior parte dos analfabetos, correspondendo a 13,9% de sua população total. Em relação a demografia do Distrito Federal (DF), segundo os dados de 2014 da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), a presença de migrantes nordestinos chega a mais da metade da população do DF.

Sendo assim, o trabalho inicia discorrendo brevemente sobre a avaliação em larga escala, nesse tópico é explorado a importância desse mecanismo, principalmente no que tange aos dados que são coletados nas provas, que por sua vez, possuem relevância para fundamentar o redirecionamento de políticas públicas com o objetivo de provocar melhoria no sistema educacional. Além disso, o discurso defende a imprecisão desses mesmos dados, os quais não se atentam às individualidades e as especificidades daqueles que estão sendo avaliados.

Posteriormente, é trazido ao debate o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Nesse item, é trabalhado a historicidade, bem como o discurso dos órgãos governamentais sob a perspectiva de trazer melhorias na educação brasileira. Essa é justamente a essência da presente pesquisa, que é: confrontar a suposta melhoria na educação com a divulgação de dados que tratam da diminuição da população na qual não é formada na educação básica, assim desprezando o potencial desenvolvimento do sujeito, analisando também a desresponsabilização do Estado no seu dever de oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, além de diminuir os investimentos na educação que é tratado no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Dando continuidade à temática, é feita uma análise a respeito do Parecer CNE/CEB 11/2000 de Jamil Cury, o qual é responsável por pregar os termos reparador, equalizador e qualificador na EJA.

Para finalizar, toda política pública reflete seus pontos positivos e negativos e isso atinge diretamente a população, a qual não está obrigada a seguir uma direção, seja ela pela certificação ou pela formação tradicional ao frequentar as instituições educacionais. Dessa forma, a justificativa dessa temática é fazer com que a luta pela educação brasileira ande em constante desenvolvimento e que políticas governamentais não sobreponham o direito à educação da população.

A fundamentação dos aspectos acima citados foi feita através de busca na literatura, por meio de revistas e artigos, além de contar com pesquisa de campo fortificada pelo uso de entrevistas e coletas de dados. A experiência na prática de estágio supervisionado na EJA serviu como experiência crucial e como um dos alicerces para definição do tema deste trabalho de conclusão de curso, isto porque, durante a realização dessa etapa, um coordenador educacional adentrou a sala de

aula informando aos alunos sobre a prova de certificação, porém em nenhum momento ele a denominou como ENCCEJA.

2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA

A prática da avaliação em larga escala no Brasil ainda é recente, surgiu com a abertura da política em 1985, que fez com que a educação ocupasse lugar na agenda das políticas públicas, sua ideia principal é trazer índices da eficácia das políticas educacionais, sua abrangência não é limitada apenas no universo da sala de aula, seu foco principal é a mensuração do rendimento escolar dos alunos, diagnosticando por sua vez o desempenho destes. É organizada por atores externos, como: diretorias de ensino e secretarias de educação (MACHADO, 2021).

A objetividade dessa política, inicialmente, é trazer mecanismos capazes de aperfeiçoar a qualidade da educação. Sua atividade principal se dá por meio de coleta de dados obtidos com aplicação de provas aos alunos das instituições de ensino. Com os resultados obtidos, o próximo passo é o redirecionamento de políticas públicas que visam a melhoria do sistema educacional como um todo. Algumas dessas avaliações de larga escala também cumprem a função de certificação, tal como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Por volta de 1990 no Brasil, um dos interesses governamentais era redesenhar o modelo organizacional do sistema educacional, visto que a responsabilização na educação foi uma das faces do movimento da gestão pública. Essa responsabilidade é um dos objetivos que guiam governos democráticos (BECKER, 2010). Nessa mesma época no Brasil, o neoliberalismo promoveu sustentação para práticas político-econômicas, conduzido de influência de países hegemônicos e seus agentes internacionais, resultando em reformas educacionais em especial na educação básica, atribuindo a esta papel decisivo para o crescimento econômico e administrativo, sobretudo na redução da pobreza e a desigualdade entre os indivíduos e países (CHILANTE, 2012).

De acordo com De Sá Ribeiro (2001, p. 1258):

[...] as discussões sobre avaliação externa ganharam centralidade nas agendas governamentais, tornando-se, também, foco de muitos estudos acadêmicos. Nesse estudo, buscou-se refletir sobre o papel que as avaliações têm assumido no contexto escolar brasileiro, destacando possíveis avanços, limites e os efeitos práticos na escola.

Era necessário um sistema que apresentasse informações a respeito do trabalho pedagógico em paralelo com o financiamento das instituições. É importante mencionar que alguns países já adotavam modelos ligados a avaliações cessionárias, no qual corresponde em avaliar todo o corpo discente, e outros de maneira amostral, isto é, selecionando alguns alunos para a coleta desses dados.

O primeiro sistema adotado aqui no Brasil foi o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e sua finalidade consiste na realização de diagnósticos dos fatores que interferem na performance do estudante, bem como contribuir para melhorar a qualidade das escolas, alterando as características gerais do sistema educacional, bem como as práticas pedagógicas (DE SÁ BARRETTO, 2001).

De acordo com Becker (2010, p.4):

Além de medir o desempenho escolar, o SAEB coleta dados sobre os alunos (por meio de questões socioeconômicas, culturais e da prática escolar), sobre os diretores (perfil e prática da gestão), os professores (perfil e práticas pedagógicas) e sobre a infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino.

É preciso entender que fatores como esses têm grande relevância nos resultados. Franco (2001 *apud* BECKER, 2010, p. 4) defende que o mesmo aluno deve ser avaliado outras vezes, para que assim possa ser analisada a evolução do aprendizado, sendo esta uma limitação do SAEB, ainda nesse pensamento, De Sá Barreto (2001, p.55) defende que:

Em relação ao aluno, é preciso levar em conta não apenas a dimensão cognitiva, mas a social, a afetiva, os valores, as motivações e até mesmo a sua própria história de vida. A ênfase recai nas variáveis de processo, muito mais do que no resultado da educação, e a avaliação deve ser eminentemente dialógica e dialética, voltada para a transformação, tanto no plano pessoal como no social.

Atualmente no SAEB, conforme o levantamento de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), os testes são realizados a

cada dois anos na rede pública, além de um teste de caráter amostral na rede privada. Os dados obtidos têm a intenção de revelar a qualidade da educação ofertada aos estudantes bem como a capacidade do levantamento de subsídios capazes de aperfeiçoar políticas educacionais. Seus dados contribuem para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), vejamos:

Saeb – O Sistema de Avaliação da Educação Básica é um conjunto de avaliações em larga escala que permite realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de aspectos da qualidade educacional. A avaliação é composta por testes cognitivos e questionários, aplicados a cada dois anos em escolas da rede pública, e em uma amostra da rede privada. [...] A aplicação do Saeb 2021 avaliará de forma censitária os alunos das escolas públicas de 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª e 4ª série do ensino médio. Essas mesmas etapas da educação básica serão avaliadas em formato amostral, nas escolas privadas. [...] O 2º ano do ensino fundamental será avaliado em formato amostral, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática. Além disso, haverá aplicação amostral de testes de ciências humanas e ciências da natureza para os alunos do 9º ano do ensino fundamental. A avaliação da Educação Infantil também acontece em formato amostral, por meio da administração de questionários para secretários municipais de educação, diretores escolares e professores.¹

As metodologias da avaliação em larga escala têm como propósito delinear o perfil cognitivo da população, utilizando dos dados censitários para permitir a reconstituição da trajetória escolar da população que frequenta a escola, além de identificar a transição do estágio cognitivo entre os sujeitos (DE SÁ BARRETTO, 2001).

Quando se fala de avaliação em larga escala, é preciso entender alguns fatores que cercam esse tema. Segundo Ferrer (2007 apud BECKER, 2010, p. 2) é necessário que o propósito dessas avaliações e o uso dos materiais coletados devem ser de antemão, debatidas para que as provas e a metodologia atendam os princípios que são buscados. Um segundo ato é introduzir aparelhos em congruência com as metas e os objetivos relacionados com o desenvolvimento cognitivo esperado do avaliador, sendo necessário que tais metas sejam de conhecimento de todos os sujeitos que compactuam com a educação. Um terceiro ponto é a implementação de um projeto piloto com o foco em definir quais são os objetivos do ato de avaliar e quais atores farão parte, bem como o modelo de

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Iniciada a aplicação do Saeb 2021

avaliação. De maneira simplificada, o autor pretende impulsionar pontos importantes ao se pensar na avaliação de larga escala, tomando como ponto de partida escolher qual o tipo de resultado e o que fazer com eles, definir as metas para prosseguir com o desejado, e por último executar o projeto.

É relevante tratar de modo geral, o comprometimento do avaliador em relação ao contexto educacional atual, sendo necessário um trabalho voltado para aquela realidade específica, priorizando uma avaliação concentrada na especificidade. Vejamos o discurso de Vianna (2003):

Um dos problemas a considerar em um programa de avaliação centra-se na capacitação técnica daqueles que se propõem a concretizar o empreendimento. Os “avaliadores” nem sempre dispõem de uma formação específica, abrangente da complexidade dos diferentes procedimentos avaliativos; executando, desse modo, as suas atividades de maneira amadorística e na base de uma possível experiência pessoal. É o fazer por imitação ou o fazer pela reprodução de práticas tradicionais no ambiente escolar. Há, assim, necessidade, talvez urgentíssima, de formação de quadros técnicos, a partir de pessoas com experiência docente, para que as avaliações tenham prosseguimento e não fiquem restritas a uma existência episódica sem maiores consequências.

No mesmo pensamento, toda atividade que necessita de uma grande movimentação requer custos financeiros, e torna extremamente necessário utilizar das informações em prol da sociedade, ao se comparar com uma empresa privada, o investimento precisa dar retorno. Além disso, os dados devem ser acompanhados com a realidade dos investigados e nem sempre os números mostrarão o caminho certo a percorrer, pois é preciso entender a diversidade de situações que ocorrem dentro de cada instituição escolar.

Um outro ponto bastante comum e que desvia a finalidade da avaliação em larga escala, e o ranqueamento das escolas, levando essas instituições a competirem entre si, usando de metodologias que maquiavam o resultado real, isto porque, é feito um selecionamento dos participantes, escolhendo aqueles mais preparados e instruído, elevando a nota das avaliações e por consequentemente recebendo premiações, vejamos o que diz Sousa (2014, p. 412) :

A alocação de recursos diferenciados para as escolas, como meio de premiação por bons resultados, revela a crença de que se a competição no interior das redes de ensino induz a melhores resultados. O mesmo pressuposto está presente em iniciativas de incentivos monetários aos profissionais das escolas. A busca por melhores resultados pode levar a

escola [ou, talvez, já esteja levando] a investir mais intensamente nos alunos julgados com maior potencial de obtenção de melhores pontuações nas provas externas, mesmo que isso resulte em iniquidades.

O trabalho pedagógico que deveria ser aperfeiçoado por meio dos resultados de uma avaliação, também deveria prezar pelo melhor oferecimento educacional, diagnosticando as falhas e aplicando soluções. Entretanto, a finalidade nem sempre se aproxima dessa ideologia. Lordêlo (2009) afirma que a avaliação educacional não é restrita apenas para o campo pedagógico, reflete também de orientações políticas dos governos, perdendo o caráter diagnóstico para se tornarem instrumentos de controle do Estado.

3 ENCCEJA NO DECORRER DOS ANOS

Em continuidade com o sistema de avaliação em larga escala, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) foi criado nesse mesmo contexto: um instrumento de avaliação das políticas públicas com o propósito manifesto de melhoria na educação brasileira. Sua primeira aplicação foi em 2002 objetivando averiguar as competências e habilidades dos jovens e adultos que não conseguiram alcançar êxito no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio na idade apropriada em conformidade com o art. 38, §1º e §2º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Base (LDB), amparado pela Portaria nº 2.270/2002 do Ministério da Educação e revisto pela Portaria MEC nº 3.415/2004, sendo uma política de governo.

Conforme Serrão (2014, p.84):

[...] o Inep instituiu o Enceja como um instrumento de mensuração de habilidades e competências para a certificação da conclusão de ensino fundamental e médio, seus objetivos específicos. Ao mesmo tempo, serviria tanto como um instrumento de correção de fluxo escolar, como referência de auto avaliação para pessoas jovens e adultas, como instrumento de coleta de informações para aprimoramento da EJA e do próprio instrumento e, por fim, como um indicador qualitativo das políticas públicas para essa modalidade.

Anteriormente ao ENCCEJA, as provas de certificação de jovens e adultos eram realizadas pelas secretarias municipais e estaduais de educação, através de uma prova organizada e aplicada por elas mesmas (DE BRITO, 2021).

A primeira prova aplicada de modo piloto foi em 2002, isto é, uma forma de testar a viabilidade do que é pretendido. Após esse primeiro teste, o exame ficou suspenso por dois anos no Brasil, sendo aplicado somente em 2004 no Japão. Até 2009 a Secretaria de Educação do Paraná foi a responsável pela aplicação de provas no exterior juntamente com a certificação dos aprovados (CATELLI JR e col. 2013).

A suspensão mencionada caminhou com uma averiguação da eficácia do exame, sendo que em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), (hoje extinta por meio do decreto nº 9465 de 2019), e a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEAJA). Naquele tempo, a SECAD emitiu parecer desfavorável à reedição do ENCCEJA. Porém sem que houvesse uma reformulação total do exame, mesmo assim, ele foi instituído para o ano seguinte por meio da portaria nº 3415 (DE BRITO, 2021).

De Brito (2021) traz dados sobre a aplicação em alguns anos e afirma que em 2005 o ENCCEJA foi realizado em 105 municípios de 18 estados brasileiros, contando com a participação de 51.022 inscritos. Já em 2006 esse número subiu para 88.404. Logo após esse ano, o INEP passou a custear todo esse processo, incluindo a impressão das provas e isso fez com que cada vez mais as secretarias estaduais aderissem a essa avaliação, gerando um total de 313.949 candidatos na prova de 2007.

Em 2008 por meio da Portaria INEP nº 147, o órgão regulamentou a fundamentação Teórico-metodológica do ENCCEJA, por meio da Matriz de Competências e Habilidades que havia sido descrita na Portaria MEC Nº 3.415, de 21 de outubro de 2004 que definiu os critérios específicos para estruturação, aplicação e aferição de resultados do exame. Esse documento alinhou o que o candidato deve ser capaz de desenvolver para que assim consiga a obtenção do seu certificado.

As habilidades exigidas no ENCCEJA estão divididas em alguns eixos, no ensino fundamental, que por sua vez esses conhecimentos se dividem em matrizes. A primeira consta: língua portuguesa, língua estrangeira, educação artística e

educação física; a segunda: matemática; a terceira: história e geografia; e a última é ciências naturais. No ensino médio essas matrizes são divididas em duas partes: a primeira é linguagens, códigos e suas tecnologias; e a segunda em ciências da natureza e suas tecnologias. É importante ressaltar que essa é apenas uma forma de agrupamento das disciplinas que são aplicadas tanto no ensino fundamental quanto no médio. Esse documento descreve detalhadamente o que espera do indivíduo que está sendo avaliado, proporcionando que o mesmo se prepare para o ato avaliativo.

Já em 2009, o ENCCEJA passou a avaliar somente os alunos do ensino fundamental, deixando o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) responsável pelos candidatos do ensino médio, isso se deu através da Portaria Inep nº 174, de 31 de julho de 2009, vejamos:

Art. 1º. Fica estabelecida, na forma desta Portaria, a sistemática para a realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja/2009, no exercício de 2009, como instrumento de avaliação que mede competências e habilidades de jovens e adultos, de conclusão no nível do Ensino Fundamental, a todos os cidadãos que não tiveram oportunidade de conclusão de sua escolaridade, nesse nível de ensino, na idade própria.

Por mais que tenha surgido essa mudança, no exterior o ENCCEJA continuava a avaliar o ensino fundamental e o ensino médio, conforme aponta Brito (2021).

É preciso lembrar que no Brasil houve uma pequena pausa no ENCCEJA que foi realizado no ano de 2009, voltando a ser aplicado somente em 2011, tendo em vista a portaria nº 15, de 2 de dezembro de 2010.

No ano de 2014, foi disponibilizado pelo INEP microdados referentes aos exames realizados tanto no Brasil quanto no exterior, não sendo possível encontrar resultados dos anos anteriores. Tanto em 2015 quanto em 2016 as provas foram aplicadas apenas para os brasileiros no exterior. Já em 2017 a certificação do ensino fundamental e médio voltou a ser responsabilidade do ENCCEJA, ocorrendo provas para o público interno e externo (BRITO, 2021).

O ENCCEJA é subdividido em quatro partes: Encceja Nacional Regular, que é o exame aplicado no Brasil a jovens livres; Encceja Exterior Regular - aplicado a brasileiros livres residentes no exterior; Encceja Nacional PPL - para os brasileiros

que se encontram em penas privativas de liberdade e o Encceja Exterior PPL - disponível aqueles candidatos brasileiros que se encontram no exterior e que estejam em situação privativa de liberdade. De acordo com Brito (2021), os dados referentes a este último não são divulgados em virtude de proteger a identificação pessoal dos participantes.

A pandemia do Covid-19 acabou sendo a responsável pelo adiamento das provas de 2020, sendo remar cadas para o ano de 2021, já no ano de 2022 as provas aconteceram normalmente.

4 A FUNÇÃO DA EJA

Antes de adentrar especificamente sobre a importância da educação de jovens e adultos e o debate da certificação por meio de uma prova, é preciso visualizar o passado de uma maneira breve, permitindo compreender a linha do tempo, as políticas públicas educacionais, as lutas, os desafios e as vitórias para os sujeitos da EJA.

É necessário limitar esse breve histórico para iniciar no final da década de 1940, pois foi nesse período que a educação de jovens e adultos passou a ser um problema da política nacional. Não trazer períodos anteriores não é negligenciar a historicidade da educação no país, apenas é uma maneira de fazer um recorte ao tema específico deste trabalho.

4.1 Breve Histórico

Diante dessa perspectiva, alguns pontos deram base para a política de educação de jovens e adultos como o Plano Nacional de Educação previsto na Constituição de 1934 em seu art. 150, parágrafo único, linha (a), que incluiu o ensino primário gratuito estendido aos adultos. Foi o primeiro documento tratando dessa particularidade. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) de 1938 previa fundos para para a educação primária que incluísse o ensino supletivo de

jovens e adultos, sendo em 1945 estabelecido um percentual de 25% dos recursos destinados ao ensino supletivo. Em 1947 foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA) com a finalidade de reorientar e coordenar os trabalhos de acordo com os planos anuais do ensino supletivo voltados para os adolescentes e adultos analfabetos.

Outros marcos também vieram em acordo para esse público, são eles: Campanha de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA) de 1947 até 1950; Campanha Nacional de Educação Rural de 1952; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo de 1958. Vale ressaltar que essas duas últimas foram organizadas pelo Ministério da Educação e Cultura, mas não vieram a prosperar por muito tempo (HADDAD e col. 2000).

Na história do Brasil sempre é comentado sobre o período militar nos mais diversos assuntos, aqui não se mostra diferente, o golpe militar de 1964 desencadeou uma ruptura nos movimentos de educação popular. O Programa Nacional de Alfabetização, organizado por Paulo Freire, foi interrompido, e os líderes dos estudantes e professores foram cassados de suas funções e direitos políticos. A ideia naquele período era o conservadorismo, e por esse motivo alguns programas foram consentidos e até mesmo incentivados, como o caso da Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC) servindo de maneira assistencialista aos interesses do regime militar (HADDAD e col. 2000).

Assim como qualquer movimento que queira dirigir um Estado, o objetivo é mostrar que seus ideais geram a prosperidade, então o regime militar não queria ser taxado como irresponsável, aos olhos da comunidade internacional, por ter uma população analfabeta, vejamos:

[...] a escolarização básica de jovens e adultos - não poderia ser abandonado por parte do aparelho do Estado, uma vez que tinha nele um dos canais mais importantes de mediação com a sociedade. Perante as comunidades nacional e internacional, seria difícil conciliar a manutenção dos baixos níveis de escolaridade da população com a proposta de um grande país, como os militares propunham-se a construir (HADDAD e col, 2000, p.114).

Surgiu então em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), como uma forma de alternativa para a Cruzada ABC e uma promessa de acabar com o analfabetismo em uma década. O programa implantado tinha três

características: a primeira delas faz jus a ideia de um sistema paralelo ao sistema educacional, sendo independente de verbas orçamentárias; a segunda remete a uma operação descentralizada no que consistia em executar campanhas, recrutar analfabetos, providenciar salas de aulas, professores e monitores, com representantes da comunidade que se identificavam com o governo autoritário. A última característica era a centralização de direção, pois existia uma gerência pedagógica, que treinava, dirigia e avaliava de acordo com as diretrizes da Secretaria Executiva. Essas três características criavam uma estrutura adequada para o controle doutrinário, isto porque, é entendido que uma vez que os processos educativos advindos da própria comunidade poderiam levar a manifestações e, por consequência, desestabilizar o regime instaurado. O remédio a isso era um controle doutrinário: descentralizando com uma base conservadora, com uma centralização dos objetivos políticos de controle vertical, obtendo uma garantia da mobilidade e autonomia (HADDAD e col. 2000).

O regime militar compactuou juridicamente com a consolidação de uma lei que implantou o ensino supletivo, o referido texto trata da lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecendo no capítulo IV o seguinte:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Contudo, os fundamentos e características desse ensino foram trazidos por meio de dois documentos, o parecer do Conselho Federal de Educação nº 699 e o documento “Política para o Ensino Supletivo”. O supracitado parecer trazia uma nova concepção de escola, uma linha de escolarização não-formal, modernizando o Ensino Regular. (HADDAD e col. 2000).

Enquanto na fase de projeto de lei, o Ensino Supletivo trazia como importância significativa suprir a escolarização regular e promover a oferta da educação continuada, recuperando o atraso daqueles que não continuaram os estudos e prosseguindo com os ideais do MOBREAL. Sendo assim, partiu de três princípios: o ensino supletivo como um sistema integrado porém independente do Ensino Regular; foco no desenvolvimento nacional, formando uma força de trabalho

e mão de obra; doutrina e metodologia apropriada, desprezando o que era feito nos movimentos de cultura popular (HADDAD e col. 2000).

Partindo para a redemocratização da sociedade brasileira, ocorrida após 1985, os movimentos populares começaram a ocupar os espaços na cena pública, direcionando demandas educacionais, legitimando as instituições políticas da democracia representativa e como resultado a promulgação da Constituição Federal de 1988, reconhecendo os direitos das pessoas jovens e adultas à educação fundamental, tornando o Estado responsável por ofertar essa demanda de maneira pública, gratuita e universal (HADDAD e col. 2000).

No decorrer dos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi aprovada a nova lei de Diretrizes e bases da educação nacional (LDB) em 1996, reafirmando o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico. A novidade até então foi a diminuição da faixa etária, tornando possível que os jovens de 15 anos pudessem se submeter aos exames supletivos para a conclusão do ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio. A LDB também aboliu a distinção entre os subsistemas de ensino regular e supletivo, trazendo a educação de jovens e adultos para o ensino básico comum (HADDAD e col. 2000).

Ao tratar da LDB, Chilante (2008, p. 227) traz o seguinte:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 prevê a organização do sistema educacional brasileiro em dois níveis: a educação básica – formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – e o ensino superior. Apresenta as seguintes modalidades de educação: educação de jovens e de adultos; educação profissional; educação especial; educação indígena e educação a distância. A denominação “Educação de Jovens e Adultos” substitui o que na Lei nº. 5.692/71 era chamado de “Ensino Supletivo”.

Como visto, então a divisão do sistema educacional, não se refere mais ao ensino regular e supletivo, passando a ser dividida em educação básica e superior, ou seja, a educação de jovens e adultos está incorporada à educação básica trazendo consigo novas modalidades abordadas conjuntamente.

4.2 Objetivo da EJA na visão de Carlos Roberto Jamil Cury

Por volta do ano de 2000, foi aprovado o parecer CNE/CEB 11/2000 cujo relator foi, Carlos Roberto Jamil Cury. Antemão, um parecer é um documento de

opinião fundamentada com o objetivo de analisar e expor subsídios a fim de uma tomada de decisão, neste caso, foi protagonizado pelo mencionado professor.

Esse documento traz a historicidade sobre as vivências da população não alfabetizada. O parecer também explora os mecanismos que certificam os direitos das pessoas que querem estudar e concluir seus estudos, se validando de legislações decorridas na história como a Constituição Federal de 88 em seu artigo 208 e a LDB art. 5, vejamos pela ordem:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

O parecer promove um fecundo diálogo com a LDB, considerando-a um ponto de inflexão importante na responsabilização do Estado na oferta da educação escolar de amplos segmentos sociais. (DA SILVA e col, 2021, P. 83).

Partindo desse ponto, é analisada a importância da EJA, observado sob um ponto de vista reparador, equalizador e qualificador junto com uma concepção dialética no decorrer da história, materializada nas forças sociais desde a virada do século XIX, no qual a luta pelo desenvolvimento pessoal, humano e profissional é ligado com a formação escolar (DA SILVA e col. 2021).

Tratando como um direito negado sob os anos percorridos, da Silva e col, (2021, p. 85) aponta:

[...] o Parecer 11/2000, não se refere apenas à entrada dos jovens, adultos e idosos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade –, mas também ao reconhecimento da igualdade em essência de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e, simbolicamente, importante, distinguindo a noção de reparação da noção de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de estudantes jovens, adultos e idosos.

De acordo com Chilante (2008, p. 228), “o parecer reconhece os avanços das políticas públicas em garantir a universalização da Educação e, ao mesmo tempo,

considera que condições histórico-sociais comprometem o empenho dos poderes públicos em assegurar uma educação básica para todos”.

Outro ponto, o parecer aponta as desigualdades de condição dos analfabetos dentro de uma sociedade predominantemente grafocêntrica o que faz com que esse problema precisa ser enfrentado, e que a desconsideração desse fato resulta em uma forma danosa no que tange a conquista da cidadania plena (BRASIL, 2000). Alongando nessa perspectiva o parecer aborda ainda uma divisão entre as pessoas, vejamos:

A barreira posta pela falta de alcance à leitura e à escrita prejudica sobremaneira a qualidade de vida de jovens e de adultos, estes últimos incluindo também os idosos, exatamente no momento em que o acesso ou não ao saber e aos meios de obtê-lo representam uma divisão cada vez mais significativa entre as pessoas”. (BRASIL, 2000, p.8)

Sendo assim, a escola democrática está assentada nos princípios de igualdade e liberdade, sendo uma obrigação e serviço do Estado em interferir nas desigualdades sociais através de políticas públicas. No que tange a investir na educação, ela proporciona que o cidadão atinja maior igualdade e espaço social. Entendendo isso, várias instituições são chamadas para a reparação dessa dívida em colaboração com o Estado, fazendo com que a educação possibilite uma melhor redistribuição das riquezas entre as pessoas (BRASIL, 2000).

Visto a importância de investir na educação é interessante abordar fielmente as funções da EJA conforme aponta o referido parecer no quesito equalizador, qualificador e reparador, todos acima mencionado, sendo assim, de acordo (BRASIL, 2000, p.8 e p.11) segue:

[...] a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais. É por isso que a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos. (...) A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no

mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização. (...) Esta tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo para a educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (...)

Por fim, a Câmara de Educação Básica acompanhou o voto do relator, Carlos Roberto Jamil Cury, no dia 10 de maio de 2000, reconhecendo o processo histórico da educação, entendendo a importância do sujeito na sociedade e a necessidade da reparação da dívida.

5 CRÍTICA AO ENCCEJA

Para discorrer sobre esse tópico foi preciso fazer um percurso histórico em relação ao contexto educacional do jovem e do adulto, sendo então necessário partir para uma análise fundamentada por teóricos e resultados coletados na pesquisa de campo realizada na Escola São Bartolomeu, situada em São Sebastião DF, que oferece ensino fundamental do 6º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino e oferece a modalidade EJA no noturno, ofertando educação do 1º ao 3º segmento. Foram entrevistado um montante de 5 pessoas na escola, sendo uma delas a professora pedagoga titular que é natural de Brasília DF, mais quatro alunos, todos vindo da região nordeste do país, com idades entre 30 e 60 anos, além desse a pesquisa fortaleceu com a coleta de informação de uma participante externa a escola que concluiu a educação básica por meio do ENCCEJA.

5.1 Pontos Positivos

Quando se comenta sobre os pontos positivos do ENCCEJA, o primeiro fato que vem à tona é sobre a obtenção do certificado de maneira célere. Sabemos que

em um país capitalista e meritocrata, o principal meio instaurado em nossas cabeças desde a infância que é o responsável pelo sucesso, principalmente aqui no Distrito Federal, “capital dos concurso” conforme ditado popular, é o estudo, bem como a comprovação deste por meio do certificado. Entendendo isso e agora em um patamar nacional, a maioria das vagas de trabalho exigem pelo menos a formação do candidato no ensino médio, bem como as funções do cargo necessitam de conhecimentos básicos como os matemáticos e os de comunicação, o que necessariamente o candidato, ao apresentar este diploma, traz a ideia implícita de que o portador esteja contemplado nesses parâmetros.

Em um país como o Brasil, existem duas classes: a burguesia detentora dos meios de produção e o proletariado, que é a grande parcela da população a qual usa da força de trabalho e tem troca do salário (DE FREITAS, [s.d.]), sendo óbvio que o poder econômico da população pertencente ao proletariado é sem dúvida bastante inferior em comparação com a burguesia, e atrelado a isso, as condições de estudo caminham em paralelo com o financeiro, fazendo com que o indivíduo abra mão de estudar para adentrar no mercado de trabalho em busca da sobrevivência, muitas vezes aceitando trabalhos de longas jornadas, de grande desgaste energético e em troca de pequenos valores pecuniários, resultado em distanciamento escolar e em uma perspectiva frustrada na melhor condição de vida, isto é, trabalhar para se ter o básico.

Ainda nesse ponto é preciso entender a classificação em que se encontra o Estado Brasileiro, vejamos:

[...]afirmar que o Brasil é subdesenvolvido e emergente. Afinal, o cenário brasileiro apresentou, de fato, evoluções econômicas e sociais em relação a algumas décadas, mas não se livrou de várias condições socioespaciais e historicamente constituídas que o levaram ao subdesenvolvimento, tais como: a concentração de renda elevada, o limitado desenvolvimento humano, a baixa qualidade em termos de educação e saúde, as limitações de infraestrutura, entre muitas outras” (PENA, Rodolfo F. Alves. "Brasil: subdesenvolvido ou emergente?"Brasil Escola.)

Visto isso, no Brasil a situação escolar vem melhorando no passar dos anos mas ainda não se iguala a países desenvolvidos, dessa forma por mais que a classe trabalhadora encontre uma maneira de estudar, ela se deparará com a depreciação

do ensino, marcada principalmente no nordeste pela falta de escola conforme dados obtidos em pesquisa de campo, vejamos relatos dos entrevistados²:

Evangelista, 50 anos, caseiro, “no meu tempo era muito difícil, não tinha escola, todos tinham que trabalhar, as escolas não eram avançadas como hoje[...].

Odair José, 48 anos, pintor, “morava muito longe da escola, não existia escola perto de onde eu morava, era mais ou menos 20km, era muito distante[...].

As falas acima mostram que a educação de 40 anos atrás fornecida pelo Estado não conseguia atender a toda a sociedade. A necessidade de se trabalhar na infância para o sustento da família tinha um peso maior do que o de frequentar a escola, então uma forma de reparar apenas em relação ao tempo é o ENCCEJA.

Visto a necessidade de rápida obtenção de certificado, o ENCCEJA se mostra eficaz nesse quesito, proporcionando a abertura de novas portas para os concluintes de nível médio, vejamos o relato da entrevistada Thalita:

[...] por ter um diploma fica mais fácil pra fazer um curso, a maioria dos cursos profissionalizantes têm que ter o ensino médio completo, [...] por ter o diploma consegui fazer minha primeira prova de concurso.

Um outro ponto positivo é a possibilidade das pessoas, principalmente aquelas que já trabalham ou têm responsabilidades domésticas, de obter o diploma, sem a necessidade de frequentar algum ambiente escolar, pois a rotina de quem estuda e trabalha se torna muito desgastante, o que tem sido um dos motivos da evasão escolar, uma vez que a maioria dos entrevistados já tentaram retornar aos estudos mas acabaram desistindo, vejamos alguns relatos:

Thalita: “[...]eu simplesmente ficava muito cansada, porque trabalhava lá no plano e chegava em São Sebastião por volta das 19 horas, já descia na escola então me sentia muito cansada, aí parei, tentei denovo e não consegui, aí foi quando surgiu as inscrições do ENCCEJA”.

Maria Oliveira: “tentei voltar a estudar muitas vezes mas chegava cansada do serviço, cuidava de filho pequeno”.

Em suma, o ENCCEJA veio para solucionar dois problemas, a primeira delas é formar mão de obra em tese “qualificada”, fato proporcionado pelo simples fato de entregar o certificado mediante aprovação mínima do candidato. A segunda

² Todos os entrevistados concordaram com a divulgação de seus nomes.

vantagem é do Estado, que fica desresponsabilizado em arcar com os custos da educação básica para aqueles que decidiram optar pelo ENCCEJA, isto se reforçar na seguinte afirmação de Catelli Jr. e col, (2014, p. 80):

Mesmo que os exames existentes não eliminem a necessidade de jovens e adultos menos escolarizados frequentarem a escola, aparentemente parte dos governos estaduais decidiu pela utilização do Encceja como estratégia complementar às ações de redução de custos por meio da nucleação e fechamento de salas de EJA.

Agora em relação ao custo do aluno vejamos a Portaria Ministerial nº4, de 18 de agosto de 2022 que estabelece os parâmetros referências anuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para o exercício de 2022, temos o seguinte no que se refere ao Valor Anual Total por Aluno (VAAT):

Art. 3º O VAAT-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2022 no âmbito do Fundeb, estimado na forma do inciso VI do art. 1º, fica estabelecido em R\$ 5.667,84 (cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)." (NR)

Ao se falar do Fundeb, a Educação de Jovens e Adultos está incorporada nesse fundo, sendo assim, cada estudante da EJA está inserido nesse cálculo, vejamos a destinação desses recursos:

Os recursos oriundos do Fundeb são destinados/distribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para o financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, levando-se em consideração os respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido no art. 211, §§2º e 3º da Constituição Federal. Nesse sentido, os Municípios utilizarão os recursos provenientes do Fundeb na educação infantil e no ensino fundamental e os Estados no ensino fundamental e médio. Na distribuição desses recursos será observado o número de matrículas nas escolas públicas e conveniadas apuradas no último Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC). Os alunos considerados, portanto, são aqueles atendidos: Nas etapas de educação infantil (creche e pré-escola), do ensino fundamental (de oito ou de nove anos) e do ensino médio; Nas modalidades de ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos e ensino profissional integrado; Nas escolas localizadas nas zonas

urbana e rural; e Nos turnos com regime de atendimento em tempo integral ou parcial (matutino e vespertino ou noturno)³.

Dessa forma, alguns argumentam que o ENCCEJA representa uma economia para o Estado caso o cidadão não frequente os bancos escolares, podendo esse valor ser redistribuído para outros fins. Vale lembrar que o indivíduo não educado, desconhece seus direitos logo não os reivindica-os, preservando a integridade e a calma do governo.

Por fim, é preciso lembrar que o ENCCEJA veio para desarticular uma indústria de fornecimento de diplomas pelas redes privadas na época, na qual não se preocupava com a formação do cidadão (Catelli Jr. e col, 2014).

5.2 Pontos Negativos

Quando se fala em pontos negativos, logo se vem a mente que o maior prejudicado nessa história é a população, mas é necessário observar a negatividade em ambos lados. Para começar, é preciso entender sobre o que a escola representa na formação do cidadão, vejamos o que Costa (2012, p.7) trata sobre esse tema:

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. [...] A escola deve oferecer situações que favoreçam o aprendizado, onde haja sede em aprender e também razão, entendimento da importância desse aprendizado no futuro do aluno. Se ele compreender que, muito mais importante do que possuir bens materiais, é ter uma fonte de segurança que garanta seu espaço no mercado competitivo, ele buscará conhecer e aprender sempre mais.

Nesse ponto é percebido que a escola tem como uma de suas funções preparar o aluno para viver em sociedade, não diminuindo as demais potencialidades que ali são formadas. Saber se comportar com o outro é um dos fatores que mais proporciona progresso para a construção de uma sociedade

³ FNDE. Sobre o Fundeb. Disponível em:
<<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>

pacífica, para isso, no contexto escolar os alunos são expostos à diversidade de cultura, de pensamentos e ideologias, o que faz com o esse aluno consiga entender as diferenças do outro, se adequando, observando as dificuldades e facilidades, trabalhando a empatia e construindo um ambiente capaz de gerar o progresso. Dessa forma, quando o alunado decide por deixar de frequentar a escola para se preparar apenas para o ENCCEJA, ele perde esse benefícios trazidos pela escola,

É preciso entender que o Estado não pode deixar de investir na educação de jovens e adultos, muitos não estão ali apenas pelo certificado, o real motivo de estarem frequentando a sala de aula é para aprender a tecnologia da linguagem escrita, sobre esse ponto, o ENCCEJA não capta esse público, em especial o alunado do 1º segmento, isto é, que cursam da 1º a 4º etapas do 1º segmento do ensino fundamental, vejamos o relato da professora entrevistada:

[...]a eja é uma modalidade de ensino que é muito importante para esse público que perdeu a oportunidade de estudar na idade própria, eles adquirem habilidade de leitura e escrita que é essencial para inserção no mundo de trabalho, convívio social, é de suma importância a EJA, [...] eles valorizam muito esse momento, chegam muito cansados mas vem pra cá com esse intuito de ler e escrever [...]em todos esses anos o primeiro segmento não tem adesão ao encceja, isso e mais nos outros segmentos, eles não tem urgência pela certificação.

Visto esse depoimento, é possível perceber que o ENCCEJA não veio para reparar o passado, o trabalho mais importante é feito na EJA, este sim é capaz de pensar em um trabalho reparador, a tarefa de se alfabetizar não é fácil e o aluno precisa de uma atenção especial para concluir essa etapa, sendo de consagrada importância o papel do professor apoiando na superação dessa barreira.

De outro modo, ao tratar dos candidatos do ENCCEJA é percebido que o conhecimento não captado nos ambientes de educação básica é o mais prejudicado, a busca pelo certificado ignora importantes etapas do processo cognitivo. É preciso lembrar que existem diversos tipos de cursinhos preparatórios para essas provas, neles os estudantes aprendem macetes que fazem com que aumentem as chances de sucesso nas questões, diferentemente da vida real, quando o mercado de trabalho exigir tal conhecimento, o que se aprendeu para realização da prova, não condiz com a realidade.

No que diz respeito a política educacional do Estado ao adotar o ENCCEJA, é possível perceber um afastamento de suas responsabilidade, vejamos:

[...] a iniciativa foi alvo de muitas críticas de pesquisadores, educadores e gestores ligados à Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma vez que a proposta de uma política como o Encceja demonstrava reforçar um cenário em que o Estado, sobretudo a União, se retirava progressivamente da oferta direta de serviços educacionais para se transformar apenas em um regulador da sua qualidade. No caso específico da EJA, colocava-se a inadequação da criação de uma prova padronizada de abrangência nacional, desconsiderando a grande diversidade cultural existente no país e as especificidades da modalidade. (CATELLI JR. e col, 2014, p. 78).

Sobre isso é possível visualizar um distanciamento de responsabilidade em relação à política de promover educação, incluído no que tange sobre as metas nove e dez do Plano Nacional de Educação (PNE) cuja sua finalidade é trazer diretrizes, metas e estratégias para a esfera educacional, abrangendo todos os entes federativos, vejamos tais metas:

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional. Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Nesta perspectiva, vejamos que o Estado de maneira geral estabelece esses objetivos, principalmente no que tange sobre a Educação de Jovens e Adultos, entretanto é possível perceber que na prática, essas metas estão longe de serem alcançadas, ainda mais por estar no fim da vigência, senda ela decenal, com o fim previsto para 2024.

Por fim, é visto que o ENCCEJA não é uma política para todos, não é responsável que o governo despreze determinada parcela da sociedade a qual prefere frequentar a sala de aula. A educação é um serviço social, um mecanismo quebrador de barreiras e o ser humano deve ser valorizado em toda a sua fase de vida, o público da EJA muitas vezes não está em busca de melhor posição profissional, eles buscam por liberdade e independência, querem adentrar no seio da sociedade e poder participar do progresso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando simplificadamente o contexto histórico bem como as informações obtidas por meio de pesquisa de campo, é possível perceber a existência e a necessidade da continuidade da educação de jovens e adultos como uma forma de oferecer uma melhor qualidade de vida a essas pessoas, bem como exigir do Estado a garantia da prestação do direito à educação a todas elas.

Em relação à política pública de aceleração da certificação proporcionada pelo ENCCEJA, apesar de transparecer uma desobrigação do serviço do Estado em atender a população frequentadora da EJA, fica claro que para determinados grupos é vantajoso a obtenção do diploma.

É preciso esclarecer que a argumentação feita pelo Parecer CNE/CEB 11/2000 sobre os quesitos: reparador; equalizador; e qualificador, não é superada apenas pelo oferecimento do ENCCEJA, é preciso levar em consideração a formação da população a qual deseja obter uma nova visão de mundo, principalmente àquelas que ainda não são alfabetizadas, visto que saber ler e escrever é o primeiro passo para a emancipação.

Por fim, a luta por melhorias na educação deve se manter em constância, sendo de maior responsabilidade do cidadão que escolheu esse caminho para se profissionalizar, pois é esse sujeito que permanece diariamente no espaços escolares, conhecendo as demandas necessária para que se tenha a melhor qualidade na oferta da educação, além disso, o professor é um ator político que visa a comunhão do conhecimento. Sua formação pedagógica sobrepõe aos muros escolares além de ser gratificante em olhar para o próximo e ver os resultados de sua docência, a qual objetiva na criação de um sujeito participativo e livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, F.R. . **Avaliação Educacional em Larga Escala: a Experiência Brasileira**. Revista Iberoamericana de Educación , v. 53.1, p. 2, 2010, disponível em: <<https://rieoei.org/RIE/article/view/1751/4470>> acessado em 10 de novembro de 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). Parecer CEB11/2000 - **Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 25 novembro de 2022.

_____. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2022.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em 21 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Iniciada a aplicação do Saeb 2021**. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/iniciada-a-aplicacao-do-saeb-2021#:~:text=Saeb%202021%20%E2%80%93%20A%20aplica%C3%A7%C3%A3o%20do,formato%20amostral%20nas%20escolas%20privadas>. Acesso em 28 de dezembro de 2022.

_____. Portaria n. 147, de 04 de Setembro de 2008. **Regulamenta o art. 3 da Portaria Ministerial n. 3.415, de 21 de outubro de 2004, no que tange à fundamentação teórico-metodológica do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 set. 2008. Seção 1, p. 19.

_____. Portaria n. 3.415, de 21 de Outubro de 2004. **Institui o Exame Nacional de Avaliação na modalidade de educação de jovens e adultos, a ser estruturado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 out. 2004. Seção 1, p. 16.

CATELLI JR., R.; HADDAD, S.; RIBEIRO, V. M. (orgs.) **A EJA em Xequê - Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI**. São Paulo: Global, 2014

CHILANTE, E. F. N.; NOMA, A. K. **Reparação da dívida social da exclusão: uma função da educação de jovens e adultos no Brasil?**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 9, n. 33e, p. 225–237, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33e.8639537.

Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639537>>.
Acesso em: 25 de novembro de 2022.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN).
Evolução dos Movimentos Migratórios para o Distrito Federal: 1959-2010.

Disponível

em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Demografia_em_Foco_7-Evolu%C3%A7%C3%A3o_dos_Movimentos_Migrat%C3%B3rios_para_o_Distrito_Federal-1959-2010.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

COSTA, Vera Lúcia Pereira. **Função social da escola.** Retirado a, v. 12, n. 11, 2012. disponível em:

<https://drearaguaina.com.br/projetos/funcao_social_escola.pdf>. Acesso 13 de dezembro de 2022

DA SILVA, Jaqueline Luzia; DE SOUZA, José Carlos Lima; BARBOSA, Carlos Soares. **VINTE ANOS DO PARECER CNE/CEB N. 11/2000: DOS AVANÇOS AOS DESAFIOS AINDA NÃO SUPERADOS PELA EJA.** e-Mosaicos, v. 10, n. 24, p. 81-95, 2021. Disponível

em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/57738>>
Acesso em 06 de dezembro de 2022.

DE BRITO, Dislene Cardoso; CARDOSO, Juliana Francisca; DE SOUZA, Rosemary Rabelo. **Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja): Estado da Arte e reflexões sobre o exame.** Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 9, p. 92948-92966, 2021. disponível em:

<<https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/download/36480/39342>> Acesso 13 de dezembro de 2022

DE FREITAS, Eduardo. **"Brasil, um país emergente";** *Mundo Educação.* Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/brasil-um-pais-emergente.htm>>.
Acesso em 06 de dezembro de 2022.

DE SÁ BARRETTO, Elba Siqueira et al. **Avaliação na educação básica nos anos 90 segundo os periódicos acadêmicos.** Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 49-88, 2001. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6209142>>.
Acesso em: 16 de janeiro de 2023.

FNDE. **Sobre o Fundeb.** Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em: 07 de Dezembro 2012.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos.

Revista brasileira de educação, p. 108-130, 2000. Disponível

em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 07 de dezembro de 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **A Educação no Brasil na Década de 90 . 2003**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/a-educacao-no-brasil-na-decada-de-90>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar**, 2010. Brasília: MEC, 2011. JANUZZI, Paulo. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/download/censo/2010/apresentacao_divulgacao_censo_2010.pdf> Acesso em 07 de dezembro de 2022.

LORDÊLO, JAC., and DAZZANI, MV., orgs. **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**.

Salvador: EDUFBA, 2009. 349 p. ISBN 978-85-232-0931-5. Available from SciELO Books, disponível em: <<https://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315.pdf>>. Acesso em: 10 janeiro de 2023.

MATIAS, Átila. "**Região Nordeste**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/regiao-nordeste.htm>>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Brasil: subdesenvolvido ou emergente?**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/brasil/brasil-subdesenvolvido-ou-emergente.htm>>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

MACHADO. Iara Holanda; PORDEUS, Marcel Pereira. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7.n.9. set. 2021. ISSN - 2675 – 3375

SERRAO, Luis Felipe Soares. **Exames para certificação de conclusão de escolaridade: os casos do Encceja e do Enem**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01122014-103636/publico/LUIS_FELIPE_SOARES_SERRAO_rev.pdf>. Acesso em 06 de dezembro de 2022.

SOUSA, Sandra Zákia. **Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala**. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/vBHXjvFnW6gk6DWpJZzTzNJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 31 de janeiro de 2023.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional.** **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 28, p. 23–38, 2003. DOI: 10.18222/ea02820032168. Disponível em: <<https://publicacoes.fcc.org.br/ea02820032168>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2022.

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DO ALUNO**ALUNO****1) Autorização:**

Você autoriza a divulgação do seu nome e dessa entrevista no meu trabalho de conclusão de curso?

2) Dados de identificação:

Nome:

Idade:

3) Trabalha, qual função?

4) Porque não conseguiu frequentar a escola na idade apropriada, isto é, na época que você era criança ou adolescente?

5) Você acha importante frequentar a escola? Já tentou voltar a estudar antes?

6) Você já deixou de obter algum trabalho por falta de diploma?

7) Você acha difícil trabalhar e estudar?

8) O que você acha de concluir a educação básica realizando apenas uma prova?

9) Você já ouviu falar do Encceja?

10) No seu ponto de vista, qual é a vantagem de frequentar a escola e qual a vantagem de fazer o encceja?

11) Você fez a prova neste ano, o que achou?

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA DO PROFESSOR

PROFESSOR

1) Autorização:

Você autoriza a divulgação do seu nome e dessa entrevista no meu trabalho de conclusão de curso?

2) Dados de identificação:

Nome:

3) Quanto tempo você trabalha com a EJA?

4) Qual a importância da EJA na formação do aluno?

5) Na grande maioria, qual o perfil do estudante da EJA, idade, de onde vem etc...

6) Você conhece o Encceja, qual a sua opinião, pontos positivos e negativos.

7) Qual o motivo da evasão e a diminuição de matrículas, o Encceja seria um dos motivos?

8) Alguma sugestão para aumentar o corpo discente da EJA?

9) Na sua trajetória como docente, quais os pontos mais difíceis de trabalhar na EJA?